

não somente contra a segurança e a saúde delas, sobretudo à saúde pública.

Nesse sentido, é urgente a necessidade de instrumentos que permitam garantir a saúde pública e a segurança habitacional da população vulnerável nessa luta contra a nova doença. Todavia, tais dispositivos já existem e são consignados em legislação federal e municipal desde há muito, na figura do Art. 182 da Constituição Federal de 1988; dos Arts. 1º, 2º e 39 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001; do Art. 1º da Lei Municipal nº 15.234 de 1º de julho de 2010; dos Arts. 90 e 91 da Lei Municipal nº 16.050 de 31 de julho de 2014 e do Decreto nº 55.638, de 30 de outubro de 2014, que tratam da função social da propriedade e dos instrumentos de que a Administração Pública dispõe para garantir que imóveis subutilizados ou não utilizados sejam empregados para garantir maior equilíbrio e coerência com os princípios constitucionais assegurados no Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei tem o objetivo de garantir que, durante a situação de emergência e calamidade pública decorrentes da pandemia - que, segundo noticiários recentes e projeções das autoridades sanitárias, ainda deve perdurar pelo menos até o final do primeiro semestre de 2020 -, a Prefeitura de São Paulo garanta que toda a população da cidade tenha condições de se manter segura e isolada, prevenida contra o contágio pelo coronavírus, utilizando instrumentos de desapropriação e subsídio a aluguéis de imóveis subutilizados ou não utilizados para abrigar a população mais vulnerável.

Não haverá saída possível sem a colaboração de todos os Poderes e toda a população. Esta Lei visa a garantir direitos básicos a pessoas que não têm condição de se proteger e, de outra forma, estão sujeitas a doenças e mortes em espaços públicos e moradias indignas no território paulistano, o que não pode, em hipótese alguma, passar despercebido pelos Nobres colegas e pela Prefeitura, que já tem recursos e instrumentos efetivos para enfrentar os graves desafios impostos pela pandemia.

Com esse intuito, esperamos que os Nobres Vereadores protejam a população paulistana e aproveem essa Lei.”

PROJETO DE LEI 01-00329/2020 do Vereador Ricardo Teixeira (DEM)

”Dispõe no âmbito do município de São Paulo sobre isenção do pagamento de tarifa no transporte público municipal de profissionais da saúde, trânsito, transporte e segurança que estejam atuando na linha de frente dos trabalhos de combate às pandemias e endemias, e dá outras providências.

A Câmara Municipal Decreta:

Art. 1º - Fica autorizado no âmbito do Município de São Paulo a isenção do pagamento de tarifa no transporte públicos de profissionais da saúde, trânsito, transporte e segurança que estejam atuando na linha de frente dos trabalhos de combate às pandemias e endemias, e dá outras providências.

PARÁGRAFO ÚNICO. A isenção valerá pelo período em que estiver decretado o estado de emergência e/ou de calamidade na cidade.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Transportes estabelecerá as diretrizes no que tange o dispositivo desta lei para que possa ser implementada na cidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões. Às Comissões competentes.”

”JUSTIFICATIVA

Os profissionais da saúde, trânsito, transporte e segurança, vem contribuindo de forma decisiva na linha de frente durante a pandemia do COVID-19, que está assolando o nosso país.

Neste sentido, é importante criar políticas públicas que amparem o profissional financeiramente, já que muitos tornaram-se os “chefes de família”, devido ao desemprego provocado pela crise econômica no país.

Dessa forma, solicito dos nobres pares a aprovação deste Projeto de Lei, por entender que seja de grande utilidade para as pessoas que estão arriscando suas vidas todos os dias na cidade.”

PROJETO DE LEI 01-00330/2020 do Vereador Arselino Tatto (PT)

”Dispõe sobre o acesso à Internet banda larga por professores e alunos da Rede Municipal de Educação.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º A Prefeitura do Município de São Paulo deverá possibilitar aos professores e alunos da Rede Municipal de Ensino, o acesso aos serviços de internet banda larga, de forma gratuita, independente de contrato de prestação de serviço ou inscrição junto à prestadora destes serviços.

Parágrafo único O acesso a este serviço tem por objetivo permitir a utilização de ferramentas educacionais, de forma complementar ao ensino presencial, para a construção de conhecimentos em ambiente familiar.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal deverá, a título de garantir a utilização e fornecimento do serviço, proibir o acesso a sítios de pornografia, apologia ao crime ou materiais ilícitos através de sistema, programas ou equipamentos para este fim.

Art. 3º As despesas para execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2020.

Às comissões competentes”

”JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva instituir, de forma gratuita, independente de contrato de prestação de serviço ou inscrição junto à prestadora destes serviços, serviço de internet banda larga, para alunos e professores da Rede Municipal de Ensino.

A implantação desse serviço permitirá a utilização de ferramentas educacionais, de forma complementar ao ensino presencial, para a construção de conhecimentos em ambiente familiar.

A propositura encontra amparo no art. 13, inciso I da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

O art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases de Educação, a seu turno, disciplina que quando o interesse do processo de aprendizagem recomendar, fica permitido que a educação básica poderá ser organizada em séries anuais, períodos semestrais e alternância regular de períodos de estudos. O Plano Municipal de Educação substanciado na Lei 16.271/2015 reafirma nas suas diretrizes este dispositivo, quando no inciso XIV do art. 2º determina:

”XIV - desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à superação da exclusão, da evasão e da repetência escolares, **articulando os ciclos e as etapas de aprendizagem**, visando à continuidade do processo educativo e considerando o respeito às diferenças e desigualdades entre os educandos.” (grife)

Ademais, uma das consequências da pandemia do novo coronavírus foi a suspensão das aulas presenciais pelas redes públicas e privadas no nosso país. Na nossa Cidade, isso ocorreu a partir de 23 de março e verificou-se que para implementar um sistema a distância de atividades extra curriculares de aprendizagem e lúdicas, as famílias deveriam dispor de um serviço de internet banda larga para realizar o acesso aos sites e páginas da Secretaria Municipal de Educação. As dificuldades das famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza foram relatadas pela imprensa e demonstram a desigualdade de condições no acesso à educação. A pandemia corroborou e agravou uma situação que já existia.

Dessa forma, a disponibilização desse serviço, não é medida temporária, diante da pandemia, mas permanente como mais uma ferramenta de acesso à educação de qualidade.

Em face do exposto, solicito a este parlamento, a aprovação da presente propositura, dada a sua relevância e interesse público.”

PROJETO DE LEI 01-00331/2020 do Vereador Caio Miranda Carneiro (DEM)

”Cria o Programa de estímulo ao uso de bicicletas e modais alternativos na cidade de São Paulo, como forma de diminuir o contato e riscos de contágio pelo COVID 19, no período posterior ao isolamento social, e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Programa de estímulo ao uso de bicicletas e modais alternativos, que visa a incentivar por meio de medidas diversas o uso preferencial deste modal como meio de transporte para os deslocamentos de caráter essencial, a fim de diminuir o contato e riscos de contágio pelo COVID 19, no âmbito da cidade de São Paulo.

Parágrafo único: São considerados para efeitos desta lei como modais alternativos: bicicletas, patinetes, tricícios e similares, cujo funcionamento dependa unicamente da propulsão humana e/ou eletricidade na modalidade pedal assistido para deslocamento.

Art. 2º São objetivos gerais do Programa de Estímulo ao uso de bicicletas e modais alternativos:

I - Fortalecer e promover o setor dos modais alternativos de transporte como instrumento de geração de renda, inclusão produtiva e desenvolvimento local;

II - Contribuir para o acesso dos cidadãos ao uso de bicicletas e outros modais alternativos enquanto meio preferencial de deslocamento;

III - Diminuir os riscos de propagação do COVID 19 e quaisquer outras doenças infectocontagiosas, a partir do uso de modais utilizados em áreas livres e com circulação mais esparsa de pessoas, especialmente durante o período de retorno do isolamento social;

IV - Promover a qualificação e a capacitação dos usuários frente às regras de segurança quanto ao uso de bicicletas e modais alternativos;

V - Favorecer o retorno do isolamento social decorrente do COVID 19, assim que determinado pelo Executivo, de forma a preservar o afastamento e a segurança dos cidadãos.

Art. 3º Fica autorizado o Executivo a tomar as medidas que julgar pertinentes para estimular a criação por particulares de estacionamentos temporários para bicicletas e modais alternativos na cidade de São Paulo, com regulamentação a ser definida.

§1º Os estacionamentos deverão oferecer, obrigatória e gratuitamente, toaletes e/ou pias para higienização das mãos com sabão e álcool em gel para os usuários.

§2º A limpeza e higienização de bicicletas e outros meios de transporte compartilhados deverão ser reforçadas pelas empresas proprietárias dos equipamentos de transporte alternativo compartilhado e pelos usuários, enquanto perdurar a situação de emergência decretada em decorrência do COVID 19.

Art. 4º Será considerado como prioritário o estudo para construção de novas ciclovias e ciclofaixas na cidade de São Paulo, de acordo com as metas definidas por meio do Plano Cicloviário de São Paulo, especialmente aquelas que integrem grandes polos comerciais com zonas residenciais da cidade.

Art. 5º Fica autorizada a construção de pistas temporárias para bicicletas e modais alternativos, a serem instaladas em pontos com prévio estudo de impacto no trânsito e que leve em consideração as características de movimentação da população no período de retorno progressivo do isolamento social.

Parágrafo único: As pistas temporárias poderão ser implementadas nas faixas reversíveis de veículos automotores durante o retorno gradual da população às atividades regulares e enquanto o uso de automóveis permanecer em níveis de utilização compatíveis com a divisão do espaço sem graves prejuízos ao tráfego.

Art. 6º Fica o comércio de bicicletas e modais alternativos, partes e acessórios, bem como o serviço de mecânica e reparo desse tipo de transporte pessoal, caracterizado como serviço essencial, sendo vedada a sua interdição em decorrência da decretação de estado de emergência.

Art. 7º Fica autorizada a Administração Pública a criar voucher para auxiliar no conserto de bicicletas e outros modais alternativos pessoais atualmente inutilizados, que sejam potencialmente usados para deslocamento individual ao trabalho, inclusive para aqueles que pretendam utilizar destes modais como instrumento de trabalho.

Parágrafo único. O voucher será concedido aos estabelecimentos previamente cadastrados junto à Prefeitura, e serão pagos a partir de incentivos fiscais, com compensação dos tributos municipais.

Art. 8º Serão oferecidos gratuitamente à população, de forma online, cursos de capacitação acerca das técnicas e boas práticas na condução de bicicletas e modais alternativos com segurança, além da orientação a respeito das normas aplicáveis para esse tipo de transporte.

Art. 9º As empresas que estimularem seus funcionários a se deslocarem regularmente por meio de modais alternativos receberão o Selo Empresa Parceira da Cidade no combate ao COVID 19.

§1º A concessão do Selo será feita para empresas que adotarem práticas como pagamento do Vale Transporte em pecúnia, redução de jornada como forma de estímulo, entre outros.

§2º O selo mencionado no caput será considerado como critério objetivo de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas nas licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço, nos termos da Lei Municipal nº 17.260/2020.

Art. 10 Fica autorizado o Poder Público a conceder ajuda de custo aos trabalhadores, na proporção de até 25% do valor de vale transporte pago em pecúnia pelo empregador, com o objetivo de diminuir a aglomeração do transporte público.

Art. 11 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Às Comissões competentes.”

”JUSTIFICATIVA

O avanço do COVID 19 ao redor mundo tem proposto uma série de desafios aos gestores públicos e legisladores, que precisam adaptar as políticas públicas e regulamentações existentes com o intuito de minimizar os prejuízos causados pela doença nos mais diversos setores da sociedade.

Nosso país encontra-se atualmente em um estágio ainda intenso de disseminação do vírus, de forma que apenas trabalhadores de serviços essenciais e que não podem ser realizados remotamente estão realizando seu deslocamento diário.

Ainda assim, é dever do poder público que, durante o estado de isolamento social, sejam criadas medidas de estímulo e preparada a cidade para o futuro, ou seja, para o estágio em que a população gradativamente voltará ao trabalho e à sua rotina diária de deslocamento.

É pensando no futuro, seja ele próximo ou distante, que proponho o presente projeto, com o intuito de estimular o uso de meios de transporte alternativos e utilizados ao ar livre, evitando-se aglomerações, como é o caso da bicicleta ou dos patinetes, os quais também colaboram com a preservação do meio ambiente.

Na França, que iniciou o processo de saída do isolamento no dia 11 de maio, o Ministério da Transição Ecológica e Solidária, havia anunciado no último dia 30 de abril uma série de medidas para estimular o uso e a cultura de bicicletas, com o intuito de evitar aglomerações naturalmente causadas pelo transporte público¹.

Este projeto foi baseado no pacote de medidas adotado naquele país. Apesar das particularidades de cada cidade, São Paulo pode se beneficiar imensamente do aumento do número de ciclistas e de outros modais alternativos de transporte individual, em decorrência da diminuição dos usuários de transportes públicos, especialmente para pequenos deslocamentos. São por estes motivos que proponho o presente projeto e conto com o apoio dos Nobres pares para sua aprovação.

¹ https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/sortie-du-confinement-ministere-transition-ecologique-et-solidaire-annonce-plan-20-millions-deuros”

PROJETO DE LEI 01-00332/2020 do Vereador Atilio Francisco (REPUBLICANOS)

”Dispõe sobre medidas de apoio econômico e benefícios fiscais a empresas dos setores de comércio e serviços, microempreendedores individuais e trabalhadores autônomos que foram atingidos pela suspensão de atividades em virtude da epidemia de Coronavírus/COVID19.

A Câmara Municipal DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder isenções de tributos e taxas municipais aos estabelecimentos comerciais dos setores cujo atendimento presencial ao público tenha sido suspenso por determinação do Poder Público, como medida de enfrentamento ao coronavírus (COVID19),

Art. 2º Os benefícios fiscais que trata esta lei constituem em:

I - redução de 100% do IPTU;

II - redução em 100% em todas as taxas e licenças municipais;

III - suspensão de cobranças, prorrogação de parcelas do PPI e taxas emitidas pelo município.

Parágrafo único. Os benefícios que trata esta Lei se darão por 180 dias a contar do início ao estado de calamidade pública na Cidade de São Paulo.

Art. 3º - Fica suspensa a inscrição no CADIN e na Dívida Ativa Municipal os débitos relativos a taxas e tributos municipais vencidos e não pagos, no período que se refere esta Lei.

Art. 4º - Tem direito aos benefícios estabelecidos no artigo 2º os microempreendedores individuais, microempresas, empresas enquadradas no Simples Nacional, pequenas empresas, e empresas cuja receita operacional bruta, à qualifique como média empresa, no demonstrativo do resultado do exercício 2019, Art. 5º O Poder Executivo poderá fornecer linha de crédito assim que liberada a abertura dos estabelecimentos comerciais, como incentivo à continuação das atividades comerciais e de serviços na Cidade de São Paulo.

Art. 6º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 15 dias.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em às Comissões competentes.”

”JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva trazer medidas para amenizar um pouco os impactos e efeitos econômicos sofridos pelos setores do comércio e serviços, os microempreendedores individuais e trabalhadores autônomos que foram atingidos pela suspensão de suas atividades em virtude da epidemia de Coronavírus / COVID 19.

Diante dos efeitos da pandemia que sobreveio e as medidas que foram tomadas pelo Poder Executivo a fim de reduzir a transmissão do vírus, através do contato das pessoas, os estabelecimentos comerciais mantêm-se fechados e não são poucos os prejuízos e falta de recursos para continuação da atividade promovida.

No período de incertezas e o tamanho esforço que diversos setores se unem para superar as crises e dificuldades na manutenção de atividades comerciais, empregos e geração de renda, apresento esta proposta a fim de apoiar umas das classes que mais sofre neste período e não tem encontrado apoio para manter suas atividades.

Devido a URGÊNCIA do tema e a necessidade de medidas emergentes solicito apoio dos nobres pares.”

PROJETO DE LEI 01-00333/2020 do Vereador Reis (PT)

”Dispõe sobre o direito à indenização e de seguro de vida aos dependentes dos(as) servidores(as) públicos(as) do Município de São Paulo vinculados(as) aos serviços essenciais à sociedade, definidos conforme o Anexo Único do Decreto Municipal nº 59.298, de 23 de março de 2020, durante o período de calamidade pública e o surto da Covid-19.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a realizar, alternativamente, uma das seguintes medidas em face de eventual ocorrência de morte dos(as) servidores(as) públicos(as) do Município de São Paulo vinculados(as) aos serviços essenciais à sociedade, definidos conforme o Anexo Único do Decreto Municipal nº 59.298, de 23 de março de 2020, ocasionada pela Covid-19 ao longo do ano de 2020:

I - O pagamento de indenização aos dependentes dos(as) servidores(as) que se refere o “caput” em valor correspondente de, no mínimo, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); ou

II - A contratação, mediante prévia licitação, de seguro de vida, com a estipulação de cláusulas que:

a) atribuam o ônus do prêmio exclusivamente à Prefeitura;

b) assegurem o pagamento de indenização aos dependentes dos(as) servidores(as) que se refere o “caput” em valor correspondente ao fixado no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. O valor a ser pago a título de indenização será fixado em decreto, observado o limite previsto no inciso I do “caput” deste artigo.

Art. 2º. A percepção da indenização de que trata esta Lei dependerá da apresentação de atestado de óbito comprobatório analisado por equipe multiprofissional e interdisciplinar para esse fim, sendo constituída pelo Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM), a ser disciplinada em decreto.

Art. 3º. Na hipótese do inciso II do art. 1º desta lei, poderá a Prefeitura antecipar o pagamento da indenização, adotando, na sequência, as providências para o devido ressarcimento pela seguradora.

Parágrafo único. Para os fins do “caput” deste artigo, o beneficiário deverá ceder, em favor do Município, o direito ao valor segurado.

Art. 4º. A indenização será paga aos beneficiários indicados na apólice pelo(a) servidor(a) público(a) do Município de São Paulo vinculado(a) aos serviços essenciais, na forma da legislação civil.

Art. 5º. Esta Lei retroage a fim de beneficiar os dependentes dos(as) servidores(as) públicos(as) do Município de São Paulo já falecidos(as) nas circunstâncias nela previstas.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Às Comissões competentes.”

”JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa garantir o pagamento de indenização (seguro de vida) aos herdeiros dos(as) servidores(as) públicos(as) do Município de São Paulo vinculados(as) aos serviços essenciais à sociedade no caso de falecimento em decorrência da Covid-19.

Neste momento, esses profissionais essenciais a nossa sociedade ganham ainda mais importância se expondo ao alto risco de contaminação com a doença, muitas vezes sem acesso aos EPIs - equipamentos de proteção individual -- adequados e alguns, lamentavelmente, têm sido vítimas fatais da doença, deixando suas famílias desamparadas.

Conforme o mais recente boletim diário Covid-19 (nº 54 - 19 de maio de 2020), o número de óbitos no Município de São Paulo alcança o patamar de 6.177 (seis mil cento e setenta e sete) pessoas, e, quanto aos casos confirmados, passamos de 40.750 (quarenta mil setecentos e cinquenta) infectados. É fundamental, destarte, o Estado garantir o mínimo para suas famílias no caso de o pior vir a acontecer.

Apesar dos equipamentos de proteção e das máscaras (escassos em muitos países), médicos(as), enfermeiros(as) e outros(as) servidores(as) públicos(as) vinculados(as) aos serviços essenciais à sociedade tendem a contrair mais o vírus que a maioria das pessoas, e, talvez, a desenvolver sintomas mais graves.

Para especialistas, grande parte da explicação passa pela quantidade de vírus que os profissionais que, heroicamente, atuam na linha de frente do combate à Covid-19 são expostos, além também da faixa etária e de eventuais condições pré-existentes, como diabetes e doenças cardíacas.

A vista disso, peço a atenção dos Nobres Pares para a aprovação desta emenda.”

PROJETO DE LEI 01-00334/2020 do Vereador Toninho Vespoli (PSOL)

”Institui o sistema coletivo de isolamento social e dispõe sobre regras de permanência de municípios em suas residências mediante adoção de apoio financeiro e estímulos fiscais, e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - O poder executivo fica autorizado a implementar o Sistema Coletivo de Isolamento Social - SCIS, durante e enquanto durar a situação de calamidade pública no município, mediante o monitoramento diário de dois indicadores:

I - taxa de ocupação de leitos de UTI's maior ou igual a 90%;

II - taxa de isolamento social na capital igual ou menor que 70%.

Art. 2º - A taxa de ocupação de UTI será monitorada a partir de índices auferidos e coletados pela Secretária de Saúde da Cidade de São Paulo e publicados por meio do Boletim Diário Covid-19 no município de São Paulo.

§1º O Boletim Diário Covid-19 será digital, aberto ao público e produzido pelo Núcleo de Comunicação do Comitê de Crise para enfrentamento ao Covid-19 do Município.

§2º O Boletim disporá, entre outras informações relevantes, sobre a porcentagem da taxa diária de ocupação de UTI nos hospitais municipais, segundo a qual será constatada a necessidade de aplicação do SCIS.

Art. 3º - A taxa de isolamento na cidade será monitorada a partir de índices do Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI), coletados e publicados pelo Governo do Estado de São Paulo.

§1º O documento publicado no SIMI será digital, aberto ao público e disponibilizado pelo Governo do Estado de São Paulo para consulta em por meio de seu site oficial.

§2º O documento será criado a partir de uma base de dados mantida pelo Centro de Contingência que monitora e coordena ações contra a propagação do novo coronavírus.

§3º A taxa de isolamento diária da capital, divulgada pelo SIMI, deverá ser observada quando da determinação de aplicação do SCIS.

Art. 4º - A SCIS deve ser implementada pelo poder executivo para induzir o isolamento social dos municípios em razão do cumprimento de metas previamente estipuladas e sua aplicação condiciona apoio financeiro aos cidadãos de baixa renda, entre outras providências.

Art. 5º - Observando-se as duas condições simultâneas e tão somente nessa situação, o poder executivo está autorizado a decretar o SCIS, por um período de 15 dias consecutivos.

Art. 6º - Decretado o SCIS, será iniciado o monitoramento diário e contagem de dias.

§1º Em razão da observação de pelo menos 80% dos dias com a manutenção dos índices, fica autorizado o poder executivo a postergar por mais 15 dias a aplicação do estado de SCIS.

§2º O SISC poderá ser postergado sucessivas vezes, enquanto durar a situação de calamidade pública no município.

Art. 7º - A partir da decretação do SCIS:

I - Será concedida uma renda mínima municipal no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em parcela única, para mulheres chefe de família e trabalhadores informais autônomos desempregados, cuja renda seja de até um salário mínimo federal.

II - Para cadastramento e distribuição da renda mínima municipal do SCIS será utilizado sistemas de cadastros disponíveis de órgãos municipais.

III - Terão isenção de 50% do IPTU, no ano seguinte à aplicação do decreto, os comerciantes locais, inscritos como micro e pequenos empresários do município, independentemente da atividade exercida ou, ainda, Microempreendedores Individuais (MEI) que tenham estabelecimento comercial em endereço próprio ou alugado, dentro do Município de São Paulo.

IV - Será colocado o PNAE ativo como banco de alimento às famílias dos estudantes não incluídos no programa “Merranda em Casa”.

V - O Poder Público providenciará a testagem em massa da população, a fim de isolar, territorialmente, os infectados pela covid-19.

Art. 8º - Fica instituído um Fundo Municipal para o Sistema Coletivo de Isolamento Social para financiamento suplementar das ações emergenciais, constituído por verbas oriundas:

I - Da interrupção momentânea dos serviços de recapeamento asfáltico;

II - Das contribuições financeiras realizadas por grandes empresas, fundações, institutos e ações de ordem humanitária.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Às Comissões competentes.”

”JUSTIFICATIVA

Atualmente, o Brasil é o terceiro país em número de contágios do novo coronavírus no mundo. Enquanto os dois primeiras nações do ranking, EUA e Rússia apresentam achatamento ou diminuição em suas curvas de infectados, nosso país possui uma curva ascendente de contágios, se aproximando dos 300 mil casos e 20 mil mortes. Entre as principais razões para o comportamento da curva e o crescimento de contágios e mortes está a falta de isolamento social horizontal e a falta de direcionamento das autoridades públicas para a população. Segundo estudo da USP, país pode chegar a ter 2 milhões de casos de COVID-19 e se tornar o epicentro mundial da pandemia global.

Dentro do país, o Estado de São Paulo é o epicentro de casos com quase 70 mil contágios e 5.500 mortes. A Grande São Paulo, que inclui a capital, ainda concentra a esmagadora maioria dos casos no estado. Haviám sido mais de 50 mil também até o dia 18. A capital da cidade e maior metrópole do país, teve até o dia 20 de maio, 3.087 vítimas. Segundo dados da Prefeitura e da Secretaria Municipal, entre os dias 9 de Abril e 19 de Maio, o número de óbitos teve aumento de 485,49%. Mesmo com a construção de hospitais de campanha, a taxa de ocupação das UTI's está alta nos hospitais públicos, com 92% dos leitos ocupados no último dia 19 de maio. A situação é preocupante e urgente.

De acordo com o prefeito Bruno Covas, o sistema de saúde pode colapsar em 15 dias, caso não haja isolamento de 70% da população. A Prefeitura estimula a isolamento social dos cidadãos com decretos de quarentena, obrigatoriedade de máscaras, rodízios de automóveis rígidos e adiamento de feriados, mas as medidas infelizmente se mostraram insuficientes. Segundo dados do Sistema de Monitoramento Inteligente (Simi), no último domingo, dia 17, a capital teve 56% de isolamento e na última segunda-feira, dia 18, caiu para 49%. É notório a necessidade de medidas mais extremas para conter a crise sanitária.

Como agravante da situação da pandemia na capital, os bairros com maior número de casos são os bairros da periferia. Com problemas estruturais graves e população muito exposta e suscetível a contágios por questões sociais e financeiras, Brásiliândia e Sapopemba lideram o número de mortes em São Paulo. Inicialmente com presença em áreas de classe média ou alta, a transmissão do vírus se direcionou para as margens da cidade. A Zona Sul da capital teve aumento de 79% nos últimos 15 dias, enquanto o bairro de Parelheiros teve alta de 141% no número de casos, segundo reportagem do portal G1 de 19 de maio. A Zona Leste, região mais populosa da cidade, é também a região mais afetada e lidera em número total de mortos.